

O papel e a função das organizações da sociedade civil no fornecimento da educação infantil: uma análise da prestação de serviços pelas entidades da sociedade civil no Programa “Nave-mãe” no município de Campinas-SP

Palavras-Chave: Educação Infantil, Parceria Público-Privado, Organizações da sociedade civil

Autora:

Gabrieli de Souza Reis, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Orientadora: Prof.^a colaboradora Ana Cláudia Chaves Teixeira, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Este trabalho tem por objetivo investigar a relação entre Estado e sociedade civil no Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), conhecido como projeto CEIs “Naves-Mães” ou “Bem Querer”, instituído no município de Campinas-SP a partir de 2007. Buscamos compreender qual tem sido o papel e função das organizações da sociedade civil no fornecimento de educação infantil.

Para tanto, analisamos o funcionamento geral deste programa, entendendo as atividades desenvolvidas e a distribuição das unidades, bem como o investimento dos recursos municipais. Além disso, buscamos entender - via análise de documentos, planos, projetos disponíveis nos sites das organizações - qual é o peso e papel dos convênios com a prefeitura de Campinas-SP (*PMC*) para o funcionamento dessas entidades.

Com este material será possível compreender o processo de privatização da educação infantil que tem se intensificado desde o governo do ex-prefeito Hélio Santos.

Metodologia

Na primeira fase da pesquisa, identificamos, via Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campinas, 9.943 organizações participantes do projeto CEIs “Naves-Mães” ou “Bem Querer”, selecionamos 10 delas e observamos tanto os dados do Portal quanto os sites dessas organizações, procurando compreender qual é o tamanho e a importância desses contratos de parceria para o funcionamento das entidades.

Em paralelo, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental consultando fontes oficiais do governo do Estado de São Paulo, como Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo (Seade), bem como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e também dados do Censo Escolar de 2021.

Resultados obtidos

Na primeira fase da pesquisa, de revisão da bibliografia, identificamos como a literatura tem tratado o papel das organizações da sociedade civil na execução de serviços públicos. Costa (2012) reflete sobre os programas e projetos da área de educação que se utilizam as organizações da sociedade civil para atender demandas sociais. O autor explica que tais programas alteram a trajetória tradicional em que os sistemas escolares eram uma atividade essencialmente estatal. Costa evidencia que esses programas transferem a responsabilidade da administração educacional para esferas inferiores, configurando essas ações como a solução para os desafios dos sistemas escolares, sobretudo aqueles oferecidos às populações pobres.

Esses programas, amparados pela ideia da participação comunitária, alteram a gestão educacional de forma não linear. Segundo Costa, “em algumas circunstâncias, verdadeiras redes escolares paralelas aos sistemas estatais se formaram, amparadas por discursos ora numa linha excludente de ‘desenvolvimento comunitário’ ora adotando posições de ruptura com os esquemas públicos tradicionais. Frequentemente se produziram combinações sincréticas no nível da argumentação. Todavia, a afirmação da supremacia da gestão local, da participação comunitária, do controle dos usuários do sistema sobre os serviços prestados era uma tônica constante em praticamente todos os discursos.” (COSTA, 2012, p. 17)

Um dos resultados desses projetos públicos não-estatais foi o aumento do modelo híbrido de gestão. Pois, embora uma parcela dos recursos venha da prefeitura, a gestão e controle dos mecanismos eram feitos por meio de procedimentos distintos daqueles realizados nas escolas públicas. De acordo com o autor, tais iniciativas estão destinadas às

parcelas da população que ocupam as posições inferiores nas conformações econômicas e de prestígio das sociedades. Além disso, outro ponto diz respeito à carência de escolas tanto dos sistemas públicos quanto privados nos locais em que há a atuação das iniciativas públicas não estatais.

Costa (2012) assinala que houve diferentes níveis de institucionalização produzidas pelos estados, sendo desde a hostilidade completa até o fomento de tal modelo escolar o que, portanto, gerou diversos formatos dessas iniciativas. Os programas voltavam-se mais para as agendas do governo do que propriamente um direito básico da população. Ademais, havia uma grande diversidade nas condições de atendimento das crianças, sendo distintos os prédios e instalações, bem como os materiais para o trabalho educacional.

Tendo em vista essa discussão, Ceccon e Drabach (2019) apresentam a natureza e atuação das organizações da sociedade civil no atendimento da Educação Infantil (EI), em um contexto de privatização. Neste estudo, as autoras puderam observar as transformações político-normativas das OSCs que tiveram o objetivo de ampliar o fornecimento educacional no município de Campinas. A maioria das entidades estão constituídas em associações privadas sem fins lucrativos, além disso estas funcionam por termo de colaboração com a prefeitura.

De acordo com Ceccon e Drabach (2019), as principais características da expansão da atuação nos anos de 2007 a 2018 dizem respeito aos incentivos fiscais disponibilizados às instituições privadas somado ao contexto de acesso aos recursos públicos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Posto isso, as autoras pontuam que a vaga privatizada remete aquela solicitada ao serviço público no entanto concedida pela rede conveniada e/ou unidades públicas com gestão privada (Nave-mãe/Bem querer), tendo isso em vista o texto analisa a dinâmica das matrículas de Educação Infantil no município de Campinas focando nas ofertas pública direta, oferta conveniada e unidades públicas com gestão privada concluindo que houve um aumento dos investimentos públicos no atendimento do setor privado “sem finalidade lucrativa”.

Conclusões

Nesta primeira fase da pesquisa, focamos no levantamento bibliográfico e na investigação sobre os materiais disponíveis no site da prefeitura acerca dos convênios realizados com organizações da sociedade civil.

Dessa forma, conseguimos compreender a trajetória da educação infantil da Prefeitura de Campinas na interface com entidades sem fins lucrativos. Percebemos que houve um aumento progressivo da presença das OSCS na atuação com a pré-escola ultrapassando as unidades públicas e conveniadas no município de Campinas/SP.

Na próxima etapa da pesquisa, analisaremos os dados disponíveis nos documentos do site da prefeitura da cidade, em que há o detalhamento dos tipos de contrato e valores financeiros para entender de que forma ocorreram os gastos, assim é possível visualizar os valores repassados, devoluções, valores globais de despesas. Posto isso, essas informações são essenciais para traçar um panorama do andamento do projeto “Nave-mãe” ou “Bem Querer” instituído no município de Campinas-SP.

Referências bibliográficas

ARAUJO, G.C; FREGUETE, L. M; NASCIMENTO. R.P. **Marco Regulatório das organizações da sociedade civil, relações federativas e implicações para oferta de educação infantil.** Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista - Bahia - Brasil, v.15, n.31, p.80-101, jan./mar. 2019

CECCON, M.L.L.; DRABACH, N.P. **As instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil.** Educação em revista 2020, v.36 In: <https://www.scielo.br/j/edur/a/YJhZfnFPxSwqsVv8GHZVMCn/?lang=pt>

CECCON, M. L. L.; MOMMA-BARDELA, A. M. **As parcerias com instituições sem fins lucrativos: desafios e implicações para a oferta da educação infantil no Brasil.** Revista Exitus, Santarém: UFOPA, v. 6, p. 88-105, 2016.

CHICONE, S. **A participação das instituições não governamentais na gestão da escola pública: uma análise do Programa “Nave-Mãe” no município de Campinas-SP.** São Paulo. 2016.

COSTA, M. **Criar o público não estatal ou tornar público o estatal?** In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. O público e o privado na educação. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, R. P. **Educação pública e privada na Constituição Federal de 1998.** In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. O público e o privado na educação. São Paulo: Xamã, 2005.